

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.463 - GO (2019/0287368-5)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : BRUNA CARDOSO CRUZ
ADVOGADO : DJAN CARLO GOMES DE PAULA - GO028856
AGRAVADO : ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR : PATRÍCIA VIEIRA JUNKER E OUTRO(S) - GO033038

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Bruna Cardoso Cruz contra decisão que inadmitiu recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE AÉREO. HELICÓPTERO DA POLÍCIA CIVIL. MORTE DO NOIVO DA AUTORA. LEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. DANO MORAL, AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

1. Em matéria de responsabilidade civil, a legitimidade ativa para perquirir a reparação do dano pertence à vítima. Assim, no caso de ações reparatórias não há maiores questionamentos acerca da legitimidade ativa, porquanto deve figurar no polo ativo a vítima alega ter sofrido uma lesão a sua pessoa, possuindo o direito de pleitear judicialmente, a indenização pelos danos extrapatrimoniais.

2. Todavia, na exclusiva condição de ex-noiva do *de cujus*, não faz jus a autora/apelada à indenização pleiteada, pois não fazia parte do núcleo familiar do falecido, sendo este um fator preponderante para o fixação de dano moral em casos como o presente.

RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

Alega a agravante violação dos arts. 186, 187, e 927 do Código Civil e 5º, V, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal.

Decido.

A discussão sobre a existência de dano moral no caso dos autos foi assim dirimida:

Dessa forma, em que pese a legitimidade ativa da autora ao afirmar que se sentiu atingida pela dor da morte da vítima do acidente aéreo, forçoso concluir que, na exclusiva condição de ex-noiva do *de cujus*, não faz jus à indenização pleiteada, pois não fazia parte do núcleo familiar do falecido, sendo este um fator preponderante para fixação de dano moral em casos como o presente.

Certo é que a condição de nubente sobrevivente poderia levar, em tese, a autora à situação similar à de companheira da vítima, apta à procedência da ação indenizatória, a título de danos morais. Ocorre que na petição inicial a autora não alegou a existência de uma relação afetiva de convivência que pudesse ser caracterizada como união estável, diversamente, ela esclareceu que a morte precoce de seu noivo arruinou os planos de uma vida em comum e a impossibilitou de usufruir do elo familiar e duradouro do casamento marcado para o mesmo ano da morte do jovem.

Ocorre que não se mostra cabível, nesta via, perquirir acerca da razoabilidade da negativa do reconhecimento do dano moral na origem devido ao óbice constante da Súmula 7/STJ. Os fatos são aqui recebidos tal como estabelecidos pelo Tribunal *a quo*. E, se a violação do dispositivo legal invocado perpassa pela necessidade de se fixar premissa fática diversa da que consta do acórdão impugnado, inviável o apelo nobre:

Recurso especial.

Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. **Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados.** (AgRg nos EREsp 134.108/DF, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/6/1999, DJ 16/8/1999, p. 36)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REGISTRO NO CRQ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INVIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO VIA RECURSAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. EXISTÊNCIA DE MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF, APLICÁVEIS POR ANALOGIA. VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE FATO GERADOR. AFERIÇÃO DA ATIVIDADE PREPONDERANTE DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

[...]

4. O Tribunal de origem entendeu, à luz do contrato social e das provas dos autos, que as indústrias vinícolas e os associados representados pelo SINDUSVINHO possuem, como objetos sociais, produção, engarrafamento e comercialização de vinhos, ou seja, atividades não inerentes à química, o que afastaria a obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Química. Insuscetível de revisão o referido entendimento, por demandar interpretação de cláusulas contratuais e reexame do conjunto fático-probatório, atraindo a aplicação das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.425.008/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/11/2014, DJe 14/11/2014)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC de 2015, correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC de 1973, c/c o art. 1º da Resolução STJ n. 17/2013, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator